

OS IMPACTOS E EFEITOS SUBJETIVOS DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO DE TESTEMUNHAS AMEAÇADAS.

Jacqueline Nobre Farias Leão
Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira

RESUMO: Este estudo propõe uma reflexão crítica em torno do Programa de Proteção às Testemunhas Ameaçadas - PROVITA - instituído no Brasil como uma Política Pública de Segurança que visa a diminuição da impunidade e a reinserção social da testemunha de crime ameaçada. Apesar de reconhecermos a importância e a imprescindibilidade do referido Programa, entendemos que o mesmo expressa, por um lado, a insuficiência do próprio Estado no oferecimento da Segurança Pública, e, por outro, produz impactos subjetivos, nem sempre positivos, naqueles que ficam sob sua proteção. O PROVITA foi uma conquista da sociedade civil organizada que, através do *Gabinete de Assessoria Jurídica e Organizações Populares*, propôs o Programa e provocou a formulação da Lei 9.807, que o instituiu como uma Política Pública de Segurança Nacional, tendo como base o Plano Nacional dos Direitos Humanos. Buscamos problematizar os impactos sentidos pela testemunha ingressa ao Programa, em função das exigências estabelecidas para inclusão no mesmo. A escolha do tema deve-se à experiência no atendimento à testemunha ingressa no Programa e à constatação do impacto na subjetividade do sujeito ingresso que se coloca à disposição da justiça para ver prevalecer a verdade e que, para ter sua integridade física preservada, vive uma trajetória de (re)vitimizações. Se a quebra do ciclo da impunidade é uma prioridade nessa Política Pública de Segurança que se quer construir, então deve ser considerado que num Programa de Defesa dos Direitos Humanos, a segurança da força propulsora no combate à impunidade é a testemunha. Contudo, ela deve ser prioritária, não somente do ponto de vista de sua segurança física, mas, também, e imprescindivelmente, do ponto de vista da sua subjetividade – única possibilidade de manter-se um sujeito/cidadão íntegro. Avaliar e analisar o PROVITA deverá levar em conta, além da quantificação de testemunhas que não tiveram suas vidas ceifadas por seus algozes, seus efeitos sobre as testemunhas ingressas; que atores sociais estão a ela ligados; que lutas são travadas e a correlação de forças políticas que permeiam o seu modelo de parceria entre Estado e Sociedade Civil. Entender a Política Pública como uma arena onde emergem atores coletivos e políticos nascidos de múltiplas e sofisticadas demandas, que se enfrentam, criam alianças, alargam espaços e campos de atuação, articulam interesses antagônicos, por vezes conflitantes, e até excludentes, é o desafio com o qual nos deparamos. O PROVITA é um grande avanço na construção da cidadania e dos Direitos Humanos e sua importância é inquestionável, portanto, é imprescindível manter ações efetivas para sua manutenção e aprimoramento. Dada a complexidade desse contexto, este estudo pretende ampliar as discussões e contribuir para que essas questões possam ser pensadas e discutidas, num movimento constante de cidadania e exercício intelectual e político que tenham por objetivo manter em pauta a questão preponderante dos Direitos Humanos.